

OS BASTIDORES DO CÂNONE HISTORIOGRÁFICO: ABREU E LIMA E AS DISPUTAS PELA ESCRITA DO BRASIL

 *Thamara de Oliveira Rodrigues^{1;2}*

Resumo

Este artigo analisa a construção do cânone historiográfico brasileiro oitocentista a partir da perspectiva de José Inácio da Abreu e Lima (1794-1869). O general e escritor protagonizou algumas polêmicas intelectuais ao longo de sua trajetória. Na querela de maior repercussão, foi acusado de plagiário e o seu *Compêndio da História do Brasil* (1843) foi negado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nas figuras de Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) e Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). Neste texto, analisamos o debate e argumentamos que a postura de Abreu e Lima – retirando-se do círculo letrado ligado ao instituto após a discussão, bem como sua posição histórico-política crítica e desarmônica em relação ao passado colonial – foi decisiva para o cânon historiográfico do século XIX, cujos conteúdos, imaginários e formas de escrita e pesquisa próprias à história do Brasil repercutem ainda nos desafios da historiografia contemporânea.

Palavras-chave

História da Historiografia Brasileira – passado colonial – distância histórica – José Inácio de Abreu e Lima – Francisco Adolpho de Varnhagen – IHGB.

1 Universidade do Estado de Minas Gerais. Divinópolis – Minas Gerais – Brasil.

2 Professora do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutora em História pela Universidade Federal de Ouro Preto com estágio no Departamento de Literatura Comparada da Universidade de Stanford. Coordena o Grupo de Pesquisa Temporalidades e Histórias Populares (CNPq). E-mail: thamara.rodrigues@uemg.br

BEHIND THE SCENES OF THE HISTORIOGRAPHICAL CANON: ABREU E LIMA AND THE DISPUTES ON THE WRITING OF BRAZIL

Abstract

This article analyzes the construction of the 19th century Brazilian historiographic canon from the perspective of José Inácio da Abreu e Lima (1794-1869). The General and writer led some intellectual controversies throughout his career. In the dispute of a greater repercussion, he was accused of plagiarism and his *Compêndio da História do Brasil* (1843) was denied by the Brazilian Historic and Geographic Institute through Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) and Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). In this text, we analyze this debate and argue that the position of Abreu e Lima – withdrawing from the literate circle linked to the institute after the discussion, and its critical and disharmonious historical-political position to the colonial past – was decisive for the 19th century historiographic canon, whose contents, imagery and forms of writing and research specific to the history of Brazil still reflect on the challenges of contemporary historiography.

Keywords

History of Brazilian Historiography – colonial past – historical distance – José Inácio de Abreu e Lima – Francisco Adolpho de Varnhagen – IHGB.

O processo de disciplinarização da prática historiográfica no Brasil do século XIX esteve intimamente associado à construção pragmática da identidade nacional e às instituições que ajudaram a definir seus debates, discursos e protocolos³. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado no final da década de 1830, foi o espaço formal responsável pela organização da atividade do historiador a partir de uma aliança com o Estado liberal-conservador em consolidação⁴. O Instituto tinha como função se ocupar da retomada de uma herança “brasileira” absorvida pela colonização e zelar por essa memória, recuperando aquilo que seria particular ao Brasil e que se creditava importante para a construção de sua nacionalidade. Mas esse exercício, curiosamente, evitava publicações de teor crítico e de distanciamento em relação à herança colonial lusitana⁵. Apesar desse direcionamento, as pesquisas de Manoel Guimarães revelaram algumas divergências entre os membros, como a recusa de alguns sócios em considerar o IHGB como “instituição oficial” da prática intelectual, já que o termo “oficial” seria contraditório ao exercício científico com base ilustrada. Esses e outros elementos, demarcariam, segundo Guimarães, a pluralidade do IHGB e, conseqüentemente, das práticas da escrita da história. Essas descontinui-

3 Cf.: GUIMARÃES, Lucia. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. 1995. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995; GUIMARÃES, Manoel. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988; GUIMARÃES, Manoel. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2011; CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018; BENTIVOGLIO, Julio. *A história no Brasil imperial: a produção historiográfica na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)*. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 63, p. 287-315, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v63i2.36459>; OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. *Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama*. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 472, p. 13-38, jul./set. 2016. DOI: [https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIHGB.2016\(472\):13-37](https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIHGB.2016(472):13-37).

4 GUIMARÃES, Manoel. *A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122.

5 GUIMARÃES, Lúcia. *Debaixo da imediata proteção...* Op. Cit., p. 516-522.

dades, contudo, não impediram que o Instituto sistematizasse alguns autores e estilos narrativos como canônicos em detrimento de outros.

Nos últimos anos, outras pesquisas enfatizaram que o IHGB foi apenas uma das faces do enraizamento dos modos de produção do conhecimento histórico e de seu acesso, descentralizando, desse modo, as pesquisas historiográficas do Instituto. Antes da criação do IHGB, outros âmbitos já atuavam como campos privilegiados para as discussões em torno das apreensões da modernidade e da história de forma geral. Os estudos de Valdei Araujo, por exemplo, sugerem que o crescimento da esfera pública no Império do Brasil resguardava distintas “formas de produção, apresentação, circulação e consumo da história, seja na imprensa, na literatura, nas instituições educacionais e em iniciativas do mercado editorial”⁶. Trata-se de espaços que construíram demandas e características próprias para compreensão da experiência histórica, possibilitando a emergência de letrados com perfil de atuação mais dinâmica e “livre” em relação aos projetos políticos estatais. Esses intelectuais teriam construído, segundo Araujo, formas alternativas para a escrita da História, mais abertas às tensões políticas, à história contemporânea e às demandas do “gosto” de um público não especializado⁷.

Araujo argumenta que esses espaços não se enfraqueceram após a criação do IHGB, pelo contrário, teriam protagonizado com ele convergências e disputas significativas. O historiador lança mão da categoria “regimes de autonomia intelectual” para argumentar em favor de uma pluralidade de narrativas junto aos vetores autor/produzidor; leitor; circulação/consumo; linguagens; conceitos e mídias. Ela também procura pôr em diálogo demandas provenientes “do Estado, do

6 ARAUJO, Valdei. Narrativas populares no Museu Universal: a experiência do tempo para além da história disciplinar. In: AVILA, Artur; NIZOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). *A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Milfontes, 2019. p. 171-210. *E-book*. p. 171.

7 ARAUJO, Valdei. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000200004>.

mundo da política, do mercado editorial, dos leitores e do mundo ‘especializado’ e letrado, disciplinar e mesmo da emergente preocupação com um ensino público de história”⁸.

Sobre as perspectivas historiográficas contemporâneas dedicadas ao século XIX, é necessário também considerar, além da questão da identidade nacional e dos perfis intelectuais, as demandas regionais que tensionaram com a produção historiográfica carioca do IHGB. Marco Morel, levando à frente a noção de “rubro veio historiográfico”, de Evaldo Cabral, enfatizou uma vertente distinta daquela que teria se constituído em torno do Instituto. O “rubro veio historiográfico” teria estabelecido uma relação conflituosa com a sede do Império, dando destaque ao Nordeste brasileiro, especialmente Pernambuco. Essa historiografia evidenciava conflitos entre o norte e o sul, questionava o projeto centralizador e monárquico e ressaltava o protagonismo de eventos como a Revolução de 1817⁹.

Está também presente nos debates historiográficos contemporâneos sobre o século XIX, a preocupação de restituir ao pensamento brasileiro seus espaços críticos e dissidentes. A pesquisa de Marcelo Rangel, por exemplo, mostrou que, embora os primeiros românticos tenham participado e ocupado espaços importantes na construção do Estado Imperial ao longo das décadas de 1830 a 1860, Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Araújo Porto Alegre (1806-1879) e Torres Homem (1812-1876) não foram mencionados na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, que tinha por principal biógrafo o letrado e político Justiniano José da Rocha (1812-1862). Rangel atribui à crítica desempenhada pelos autores românticos à história do Brasil como uma das possíveis razões para esse “esquecimento”. Os românticos “vulgarizaram”, por meio da literatura e da imprensa periódica (entendendo esses espaços como lugares de produção crítica em sintonia com o *éthos* liberal

8 ARAUJO, Valdei. Narrativas populares no Museu Universal... Loc. Cit.

9 MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; MOREL, Marco. Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Cláudia; SILVEIRA, Marco Antônio (org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 181-206.

e burguês em expansão), interpretações menos harmônicas sobre a identidade “brasileira” – o egoísmo seria o sentido básico que orientaria os homens e mulheres da “boa sociedade”. Rangel argumenta que o projeto estético e civilizatório desses letrados articulava uma experiência melancólica que procurava evitar tanto um otimismo ingênuo (acrítico) sobre o futuro do Brasil em razão de sua “origem” determinada pela violência colonial, especialmente pela escravidão, quanto um pessimismo radical que evitasse a proposição de alternativas que passavam, por exemplo, pela noção de amor cristão (*caritas*)¹⁰.

Nos últimos anos, é possível, portanto, visualizarmos uma tentativa por parte dos estudos historiográficos de expansão do olhar para além do IHGB (sem abandoná-lo), ampliando os mapeamentos dos modos disponíveis e latentes para a escrita da história do Brasil. Está em jogo um esforço importante de desconstrução de uma história da historiografia memorialista manifestada exclusivamente pela reafirmação de autores e textos canônicos e institucionais. Porém, mais significativo do que a polarização entre a escrita da história antes/depois, dentro/fora do IHGB, parece-me ser o avanço na identificação dos modos de silenciamento do pensamento “brasileiro” ligado a versões menos otimistas e menos harmônicas do passado colonial e da identidade nacional capturados pela historiografia oitocentista. A discussão leva à identificação de outros projetos de nação e de escrita da história soterrados para além da hegemonia saquarema, efetivada na década de 1850¹¹.

É com base nessa preocupação que a figura do general e escritor José Inácio de Abreu e Lima e os debates nos quais se enredou junto ao IHGB e à esfera pública se apresentam como fontes privilegiadas

10 RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Cf. também: RANGEL, Marcelo de Mello. O Romantismo no Brasil: literatura, civilização e melancolia na Revista Niterói (1836). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 467, p. 85-112, 2015.

11 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

para a proposta deste artigo. A querela considerada a que instituiu as disputas acerca dos protocolos para a escrita da história no Brasil foi protagonizada por Francisco Adolpho de Varnhagen e por Abreu e Lima em torno do *Compêndio da História do Brasil* (1843), de autoria do general. O autor da futura *História Geral do Brasil* (1854-1857) acusou Abreu e Lima de ser plagiário da obra do historiador francês Alphonse de Beauchamp (1769-1832), este, por sua vez, considerado plagiador da obra de Robert Southey (1774-1843). Ao acompanharmos essas disputas, identificamos que o debate intelectual que revestiu de autoridade o trabalho de Varnhagen ao longo do tempo, ignorou os bastidores da construção do cânone. Além da definição dos protocolos formais sobre o melhor meio para se escrever a história do Brasil, estava em questão disputar a herança colonial e as suas condições no que tange à produção de estabilidade para o futuro nacional. Abreu e Lima manteve-se crítico e resistente a essa possibilidade. O passado colonial assumiu em sua obra o papel de um passado-presente pelo menos incômodo, que o impedia de fazer projeções mais harmônicas, estáveis e otimistas sobre o futuro do Brasil, tendo em vista, por exemplo, a presença lusitana nas instituições pós-independência e a permanência da escravidão¹².

1. Para além do plágio

A acusação de plagiário direcionada a Abreu e Lima por Varnhagen é um dos destaques dos estudos que mapeiam o processo de institucionalização do campo no século XIX. A história da historiografia tem explicado essa querela a partir de uma polarização entre práticas de escrita antigas e modernas. Nessa perspectiva, o método compilatório, que pressupunha a retomada de outros autores no corpo do texto, presente em uma longa tradição clássica, teria caído em desuso e descrédito com a emergência de novas compreensões e práticas

12 RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *Sobre a impossibilidade da reconciliação: Abreu e Lima e a negação do passado nacional*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

“modernas” de escrita para a história relacionadas à noção de originalidade autoral, pesquisa, neutralidade e cientificidade¹³. Não está entre os objetivos deste artigo negar essa argumentação, tanto porque ela está correta. Mas procura-se ampliar o problema.

Como sugeriu Lúcia Guimarães, a historiografia teria abordado “erroneamente” a polêmica entre Abreu e Lima e Varnhagen. Os trabalhos sobre o tema explicam a acusação de plagiário feita por Varnhagen por meio da argumentação dele próprio, ou seja, tomam o método compilatório como base de análise para a discussão. No entanto, segundo Lúcia Guimarães, alguns anos mais tarde, Abreu e Lima fora reabilitado pelo IHGB como um “bom compilador, imparcial e justo”¹⁴. Haveria, portanto, necessidade de ampliar o exame dessa querela, pois, como procuro argumentar, na primeira metade do século XIX, a compilação não estava definida como prática arcaica e em desuso, o método estava ainda em disputa e podendo ser ressignificado. Nesse sentido, outros elementos para além da compilação, como o valor conferido ao passado colonial, atravessam a discussão entre Abreu e Lima e Varnhagen.

Vale lembrar que a definição dos métodos e critérios considerados modernos e científicos no que diz respeito à escrita da história no Brasil foram mais sistematicamente organizados, no século XX, especialmente com a pesquisa de José Honório Rodrigues¹⁵. Apesar de compreender que Abreu e Lima fora o primeiro a concretizar uma pe-

13 Entre os trabalhos mais recentes sobre a questão, consultar: SANTOS, Pedro. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História da Historiografia*, Mariana, v. 6, n. 13, p. 44-62, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.voi13.639>; MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí: Paco, 2012.

14 GUIMARÃES, Lucia. O periódico de uma *société savante*: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, 2012. p. 43.

15 Sobre José Honório Rodrigues, consultar: FREIXO, André de Lemos. Capistrano de Abreu, intérprete de José Honório Rodrigues? In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (org.). *Conversas sobre o Brasil*: ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 83-106; GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lúcia B. Pereira das et al. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 277-292; GUIMARÃES, Géssica. José Honório Rodrigues e a autonomização da história

riodização da história brasileira, Rodrigues o considerou distante do “apuro e competência” de Varnhagen, isso porque lhe faltaria “tempo e obstinação para pesquisas demoradas ou porque carecesse de seriedade no trato da matéria histórica”¹⁶. Sobre a leitura de José Honório a respeito de Varnhagen, existe uma ambiguidade que é importante destacar. As pesquisas de Géssica Guimarães sobre Rodrigues ajudam a visualizá-la.

A historiadora revela que Rodrigues identificou duas operações historiográficas em Varnhagen: a primeira, de ordem epistemológica, relacionada à crítica das fontes; a segunda, de caráter ideológica, tendo em vista que o pertencimento histórico de Varnhagen à elite imperial era valorizada e instrumentalizava a sua pesquisa e escrita histórica. Embora Rodrigues discordasse amplamente da perspectiva ideológica de Varnhagen, o historiador concordava que o gesto historiográfico de emitir juízo poderia compor instrumentos distintivos à prática histórica. Embora fosse importante o “fetichismo dos fatos e dos documentos”, o exercício do “julgamento do historiador, criador da historiografia e da própria história nos seus efeitos futuros”¹⁷ também era um espaço de atuação importante a ser valorizado. De forma geral, Rodrigues trazia como provocação à prática historiográfica certo compromisso com a disputa das bases ideológicas e daí o seu esforço de valorização da figura de Varnhagen¹⁸.

As expectativas historiográficas de Rodrigues tiveram impacto no reforço contemporâneo da “oposição” entre Abreu e Lima e Varnhagen. Embora o entusiasmo de Rodrigues pelo último não estivesse relacionado propriamente ao “fetichismo dos fatos e documentos”, mas ao fato de Varnhagen posicionar-se politicamente (embora discordasse do conteúdo dessa posição), a repercussão dos estudos da his-

da historiografia no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 476, p. 97-125, 2018. DOI: [https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIHGB.2018\(476\):97-125](https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIHGB.2018(476):97-125).

16 RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965. p. 62.

17 RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 14.

18 GUIMARÃES, Géssica. Op. Cit., 2018.

tória da historiografia que Rodrigues ajudou a sistematizar deu mais ênfase ao Varnhagen “científico”. Isso corroborou o imaginário construído, sobretudo, a partir de Capistrano de Abreu (1853-1927), para quem Varnhagen foi tido como autor moderno e científico, adepto da neutralidade. Encontramos repercussão semelhante no trabalho de Antonio Candido, por exemplo, que considerou Varnhagen “o verdadeiro fundador da historiografia brasileira”¹⁹, pois, anteriormente a ele, não haveria relatos com “diretriz interpretativa” que teriam abordado, naquela época, o processo de construção da nacionalidade “com muito mais competência e amplitude” do que os “estudiosos de literatura procuravam fazer do seu lado”²⁰. Nesse sentido, Abreu e Lima (e demais autores românticos de modo geral), na contramão, foi tido pela historiografia do século XX como atrasado e arcaico, não só pelo tratamento conferido às fontes ou por se expor politicamente de forma “exagerada”, mas pela incapacidade de projeção de sentidos harmônicos e estáveis para a história nacional.

Foram as pesquisas de Manoel Salgado que observaram que a razão para a construção de Varnhagen como pai fundador da historiografia brasileira deve-se menos aos protocolos historiográficos formais, como a relação com os documentos, por exemplo, e mais a Varnhagen ter sido considerado como aquele que explicitou “os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização europeia”²¹. Ainda que no momento das atividades intelectuais de Varnhagen muitas de suas posições contrastassem com outros membros da elite política e intelectual, ele também, como membro dessa elite branca, “logrou, com seu trabalho, criar valores e pontos de referência para uma identidade, que no decorrer dos tempos foram sendo adotados por amplas camadas da nação”²². Manoel Guimarães defendeu que a “historiografia brasileira quando surgiu

19 CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2014. p. 33.

20 Ibidem, p. 34.

21 GUIMARÃES, Manoel. Nação e civilização nos trópicos... Op. Cit., p. 6.

22 GUIMARÃES, Manoel. *Historiografia e nação no Brasil*... Op. Cit., p. 227.

tinha um cunho fortemente político, o que tornava muito fluido o limite entre a mitologia nacional e a ciência”²³.

Temístocles Cezar, levando à frente a pesquisa de Manoel Guimarães sobre a relação entre identidade nacional e a escrita da História no século XIX, dando destaque à figura de Varnhagen, identificou uma linguagem política a qual denomina de “retórica da nacionalidade”. Trata-se de um...

[...] conjunto de estratégias discursivas que malgrado a natureza dispersiva de seus elementos constituintes, foi utilizada para persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, compartilhavam um passado comum, e consequentemente, igual origem e identidade.²⁴

Essa linguagem por meio da escrita da história e da literatura visava domar a amplitude discursiva dos debates nacionais, resistindo à sua pluralidade. Ela exercia uma espécie de controle sobre as visões possíveis de Brasil e sobre as formas de sua escrita, produzindo a crença de um “patrimônio identitário a ser partilhado, no qual se projeta uma imagem sem rasuras de nação, capaz de neutralizar todos os impasses na integração dos respectivos súditos em uma consciência nacional e histórica”²⁵.

Feitas essas observações, procuro argumentar nas seções seguintes que o entendimento da querela entre Abreu e Lima e Varnhagen, além das distintas compreensões sobre as funções e caminhos formais da disciplina História, também precisa acompanhar a “distância histórica” em relação à herança colonial, um dos pontos centrais de organização das narrativas sobre o Brasil no período²⁶. A aposta

23 *Ibidem*, p. 251.

24 CEZAR, Temístocles. Ser historiador no século XIX...*Op. Cit.*, p. 20.

25 *Ibidem*, p. 21.

26 “Distância histórica” refere-se a pontos de vista presentes nas narrativas capazes de apontar apreensões sobre as singularidades do tempo histórico. O fenômeno está relacionado a uma exigência imposta pelo processo de modernização que, com sua contínua e acelerada trans-

na maior proximidade ou afastamento no que tange a Portugal e a positivação ou não dessa relação projetaram concepções de Brasil diferentes manifestadas nas apreensões históricas disponíveis ao longo do século XIX. A partir de Varnhagen, encontra-se um viés mais “harmônico” e “conciliador” no que diz respeito ao passado colonial, como já apontam as pesquisas de Temístocles Cezar sobre a “retórica da nacionalidade”. Em Abreu e Lima há mais tensões e críticas que impedem uma projeção positiva do futuro do Brasil a partir do legado lusitano. Contudo, essa tensão foi, por vezes, obscurecida em razão da centralidade conferida ao problema do plágio.

2. Os horizontes do *Compêndio da História do Brasil*

Em maio de 1843, os editores Eduardo e Henrique Laemmert anunciavam o *Compêndio da História do Brasil* nos principais jornais das províncias do Império. O livro viria suprir a expectativa da “primeira” história sobre o país escrita por um brasileiro, disputando espaço entre as histórias produzidas por autores europeus²⁷. Vale

formação, trouxe a necessidade de realinhamento da relação entre passado e futuro. Trata-se do posicionamento da narrativa favorável ou não em relação a uma herança íntima, posição na qual o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” são necessariamente articulados, afastando-se ou aproximando-se. A distância histórica é constituída, desse modo por um duplo movimento que pode incorporar tanto o desejo de se afastar do passado quanto de fazê-lo presente (KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade: contribuição à apreensão historiográfica da história. *In*: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006. p. 161-188; PHILIPS, Mark. Rethinking historical distance: from doctrine to heuristic. *History and Theory*, Hoboken, v. 50, n. 4, p. 11-23, dez. 2011; SILVA, Rodrigo Machado da. História da historiografia analítica e sentimental: proposições sobre distância histórica, nostalgia e visões da modernidade brasileira nos Oitocentos. *Almanack*, Guarulhos, n. 23, p. 366-410, dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320192312>).

27 Entre os autores europeus que escreveram sobre o Brasil naquele contexto, destacamos: Southey, Beauchamp, Denis, Bellegarde, Armitage e Constâncio. Sobre eles, consultar, respectivamente: RAMOS, André. *Robert Southey e a experiência da história de Portugal*: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013; MEDEIROS, Bruno Franco. Op. Cit.; ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991;

mencionar que o “concorrente” mais imediato ao projeto de Abreu e Lima naquela conjuntura era a segunda edição do *Resumo da História do Brasil até 1828* (1831), de Niemeyer Bellegarde (1802-1839), do qual ele reivindicava ser o autor, afastando-se da ideia de tradutor do *Résumé de l’histoire du Brésil* (1826), de Ferdinand Dennis (1798-1890)²⁸. O anúncio ressaltava a “cuidadosa compilação” realizada pelo general que compensaria, segundo os editores, a “ausência de originalidade” da obra. O método de escrita utilizado por Abreu e Lima seria a única alternativa diante do pouco “apoio do governo em um país onde não havia arquivo público”. O texto era constituído em maior parte pelo cotejamento de outras narrativas. A exceção correspondia aos capítulos ligados à Revolução de 1817 e à história contemporânea. A “falta” de originalidade seria também compensada pelo estilo de Abreu e Lima, “cheio de elegância, energia e concisão”, que garantiria o sucesso do empreendimento, e pelo índice cronológico, que tornaria possível em “uma só vista” identificar os principais elementos de uma época.

No mesmo ano de 1843, o livro de Abreu e Lima teve duas edições diferentes. A primeira, organizada em dois volumes, reunia o prefácio, 99 notas, documentos e sete retratos que indicavam a composição de um panteão: d. Pedro I, Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Felipe Camarão, Henrique Dias, d. Pedro II e José Bonifácio. A segunda edição, reunida em um único volume, suprimiu esses elementos, deixando apenas 17 das 99 notas, pois em razão do preço e do tamanho, a obra não poderia aspirar à circulação que os editores tinham em vista. Essa redução, segundo os Laemmert, não teria comprometido o conteúdo do livro e poderia ser mais aproveitada “pelos

CUNHA, Daniel. “*Cultura de História*” no Brasil Oitocentista: espaços de autonomia e produção de distância histórica nos compêndios e manuais de História do Brasil (1831-1863). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019; VARELLA, Flávia. *Da impossibilidade de se aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da História na História do Brasil* de John Armitage. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011; RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A Independência de Portugal: história, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

28 Sobre a disputa entre as obras de Abreu e Lima e Bellegarde, cf.: CUNHA, Daniel. Op. Cit.

pais de família” e “útil aos colégios”. A segunda edição era, portanto, mais adequada, à “vulgarização da leitura” do *Compêndio*, que foi de fato adotado como livro de referência para a disciplina de História do Brasil no Colégio D. Pedro II entre os anos de 1851 e 1861, quando foi substituído pelo manual de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).

A pesquisa de Valdeci Araujo sobre os “regimes de autonomia intelectual” revela formas distintas e competitivas de escrita da história no Império. De um lado, estaria uma prática compilatória voltada para uma “demanda social por sínteses pragmáticas, ligando-se mais profundamente ao mercado editorial e ao mundo emergente de um leitor não-especializado”²⁹; de outro, estaria o arquétipo disciplinar “que precisou abrir e legitimar sua relação privilegiada com o Estado e suas instituições”³⁰. O *Compêndio* de Abreu e Lima complexifica essa tipologia, pois revela que esses horizontes intelectuais e historiográficos não estavam claramente definidos nesse período. Selma Rinaldi Mattos, ao destacar as diferenças entre as expectativas dos editores e a do autor, reforça essa intuição:

se aos editores interessava um livro escolar, ou um “compêndio para a instrução pública” [...] que pressupunha um leitor específico, o aluno –, esta não era a intenção ou preocupação do autor, razão pela qual se deva guardar certa cautela ao se atribuir a Abreu e Lima autoria do primeiro livro didático de história do Brasil.³¹

A observação de Selma Mattos é importante para impedir uma classificação de Abreu e Lima a priori como representante do ensino básico, já que seu livro é muitas vezes considerado por uma historiografia relacionada ao ensino de história como um dos primeiros manuais didáticos do Império. Não é possível afirmar ou negar que

29 ARAUJO, Valdeci. Op. Cit., p. 365.

30 Ibidem.

31 MATTOS, Selma. *Para formar os brasileiros: o compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 105.

a intenção de Abreu e Lima fosse que seu livro se tornasse um manual didático no Colégio Pedro II. Lúcia Bastos observou que Abreu e Lima, ao dedicar o livro para o uso da mocidade brasileira, tinha em vista um público escolar³². Selma Mattos, na contramão, observa que Abreu e Lima se direcionava para um “leitor-moço”, não necessariamente para um “leitor-aluno”, como faria posteriormente Manuel de Macedo em suas *Lições*³³.

As edições distintas do livro no mesmo ano revelam expectativas diferentes entre o autor e os editores, bem como demandas por histórias distintas que só vieram a definir padrões intelectuais após sua recepção e crítica. Da mesma forma que se esperava uma história geral do Brasil mencionada desde a primeira seção do IHGB, também se ansiava por um livro de história a ser utilizado no Colégio D. Pedro II. Na sessão de 8 de fevereiro de 1840 realizada no IHGB, Justiniano José da Rocha (1812-1862), professor de História Pátria do colégio, reclamava a necessidade de um compêndio. Ele chegou a propor a criação de uma comissão para organizá-lo. Mas o secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, vetou a proposta por considerar que em “alguns pontos” a história do Brasil ainda estava obscura (sem viés interpretativo) e também que o *Resumo* de Bellegarde, utilizado pelo Colégio entre 1841 e 1850, era adequado às demandas daquele momento³⁴.

As expectativas e desencontros em torno do *Compêndio* de Abreu e Lima sugere que mapear a autonomia das experiências historiográficas não é um processo simples, porque elas nascem imbricadas e relacionadas umas às outras. Em 1843, o *Compêndio*, em suas duas edições, tentava atender simultaneamente duas demandas historiográficas. Abreu e Lima, como membro do IHGB, direcionava seu livro para seus pares letrados, eruditos e versados em história do Brasil. Mas, junto à mediação dos editores, outros públicos eram pleiteados;

32 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 43-70.

33 MATTOS, Selma. Op. Cit., p. 96.

34 Ibidem, p. 94-95.

embora restrito a uma pequena população alfabetizada do Império, o livro aspirava a um status mais pragmático, popular e “escolar”.

A recepção da obra por parte do IHGB, como analisaremos adiante, “obrigou” Abreu e Lima a se aproximar das intenções dos editores. O *Compêndio* indica, portanto, a convivência de práticas historiográficas que só foram se tornando mais claras a partir de sua recepção. Foi a crítica (a aceitação ou não da obra) que definiu os silenciamentos e as canonizações das práticas e dos conteúdos historiográficos³⁵. Se, na perspectiva dos editores, o *Compêndio* em volume único estaria voltado para leitores mais gerais, como “pais de famílias” e escolas, inicialmente, a proposta de Abreu e Lima direcionava-se ao IHGB. Um exemplar dedicado ao imperador fora enviado ao Instituto junto de uma carta datada de 8 de setembro de 1843, endereçada a Januário da Cunha Barbosa e lida em sessão de 14 de setembro de 1843³⁶.

35 Como observa John Pocock acerca das linguagens histórico-políticas, as intenções de um autor se constituem dentro de um determinado horizonte de ações possíveis, suas expectativas não existem de modo independente de linguagens historicamente constituídas. As intenções só se tornam concretas na medida em que o texto é publicado, embora a publicação não assegure a realização das intenções iniciais do autor. Ao contrário, ela, ao abri-lo para a recepção, torna expressivas as diferenças entre a “intenção” do autor e o efeito que o texto causa. Há ainda o confronto com a diferença entre a consciência do autor sobre os efeitos causados por seu texto e os efeitos propriamente ditos. O texto é, portanto, uma performance, pois sua recepção ao longo do tempo o impossibilita enquanto ação de terminar-se ou interromper-se, bem como de congelar seus significados. Ele é polivalente. Não possui uma unidade prévia, por isso é uma performance articulada sincrônica e diacronicamente. Um texto só se torna canônico, investido de autoridade, a partir da recepção crítica por atores históricos. Ele opera como um ato de comunicação marcado pela anúncio, réplicas e trélicas, constituindo, assim uma “comunidade linguística”, um universo discursivo específico preenchido por ideias e temas determinados, em que os integrantes por meio de leituras e diálogos, vão expandindo e complexificando tal agenda de discussão. Ao longo do tempo, a autoridade conquistada, especialmente quando organizada institucionalmente, sustenta a existência de paradigmas e dificulta outras elaborações discursivas. Mas ao ser reivindicado, o texto está sempre exposto a novas intenções abertas ou não por ele (POCOCK, John Greville Agard. O estado da arte. In: POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 23-62).

36 Carta remetida por Abreu e Lima para Januário da Cunha Barbosa, 8 de setembro 1843. Disponível e cedida pelo Instituto Histórico e Geográfico.

Na carta ao secretário, Abreu e Lima revelava sua expectativa de que o Instituto acolhesse seu livro. Reconhecia que ele não era “perfeito” em razão das dificuldades para obter documentos e esclarecimentos. Mas a obra teria o mérito, observou o próprio autor, de ter realizado a periodização do Brasil³⁷. Abreu e Lima parecia convencido de corresponder às expectativas do secretário expostas no discurso de fundação do Instituto em 1838, momento no qual Barbosa mencionou que a história brasileira deveria ser “subdivida em vários ramos e épocas”³⁸. Segundo o secretário, a história seria “incompleta, descorada e árida, se, ocupando-se unicamente de resultados gerais, por uma mal-entendida abstração, não colocasse os fatos no teatro em que se passaram”³⁹.

A discussão em torno do conceito de época envolvia naquela conjuntura ao menos duas compreensões: a primeira ligada a um “acontecimento mais ou menos importante que deveria balizar a organização dos fatos históricos”⁴⁰; a segunda definia “época como uma unidade histórica”⁴¹. O primeiro conceito aproxima-se das histórias filosóficas, nas quais os acontecimentos entrelaçavam-se dentro de um sentido amplo e teleológico. Na segunda, as épocas buscariam definir, sobretudo, as descontinuidades entre os acontecimentos, remetendo às suas singularidades. Não há um abandono da visão processual, mas haveria um empenho empírico e documental capaz de

37 A divisão cronológica realizada por Abreu e Lima no *Compêndio* foi: “1º Descobrimento: primeiras explorações: estado físico do país. 2º Colonização. 3º Transição para o domínio estrangeiro. 4º Volta ao domínio pátrio: Guerra dos Holandeses. 5º Estado da Colônia: melhoramentos: administração interna. 6º Estabelecimento da Corte no Brasil: administração d’ El Rei. 7º Independência: administração do primeiro imperador. 8º Menoridade: administração das Regências: Maioridade”.

38 BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Livro de Fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2010. p. 19-42. p. 23.

39 *Ibidem*, p. 26.

40 ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 146.

41 *Ibidem*.

permitir, posteriormente, a “visualização” dos sentidos que teriam atravessado os fatos. A periodização proposta pelo general estava mais próxima à segunda.

Abreu e Lima despedia-se na carta certo da “glória de ter dado o primeiro passo na carreira escabrosa de historiador” e lisonjeado “de haver atingido ao menos um dos primeiros alvos do Instituto”. Mas também parecia ciente do terreno crítico ao qual estava se expondo, por isso observava que seu *Compêndio* era um ensaio que traçaria o plano da “História pátria” a ser escrita. Na carta, ele não expressava o desejo de suprir as expectativas de uma história geral do Brasil, embora o anúncio dos editores sugerisse essa ideia. Para o general, o *Compêndio* daria lugar a “justas correções, quando forem feitas com critério e bom senso”. No entanto, a valorização da periodização realizada e a crítica comedida esperada por Abreu e Lima não aconteceu. O Instituto, na figura de Januário Barbosa e de Francisco Adolpho de Varnhagen, seria implacável “com aquele que se intitula general”.

3. A crítica

As produções historiográficas sobre o Brasil produzidas no século XIX disputavam os elementos determinantes por meio dos quais “um povo” seria identificado, projetado e organizado ao longo do tempo no seu território. Nesse contexto, vários problemas mediavam as discussões sobre o futuro que o Brasil trilharia como país autônomo. Uma questão, sem dúvida, determinou todas elas: estaria mais próximo da “civilização” deixada pelos europeus ou da dos povos nativos e africanos? Essa questão indica que as expectativas que remetiam à construção do “Brasil”, como país e como experiência “singular”, precisaram mediar a distância histórica a ser estabelecida com a herança colonial por meio da narrativa. Sabemos que a opção pelo homem branco e europeu foi vitoriosa do ponto de vista formal, mas não se constituiu sem receios, negativas e discordâncias que impactaram também as escolhas e os caminhos da escrita da história “brasileira”.

Como abordei em outra oportunidade, Abreu e Lima foi um dos responsáveis pela produção de uma linguagem antilusitana, tendo

reivindicado em suas obras, ainda que de caráter distinto, um profundo afastamento do legado português e da sua presença no Brasil pós-independência⁴². No prefácio do *Compêndio*, o letrado pernambucano apresentou, como ponto de partida da discussão da relação Brasil-Portugal, o distanciamento entre as literaturas produzidas nesses territórios, negando a produção literária da América Portuguesa durante o período colonial – “pertence-lhe [a Portugal] exclusivamente, porque tem todo o cunho de sua nacionalidade”⁴³. Abreu e Lima rejeitava a produção literária colonial e a proximidade com a herança civilizacional lusitana, pois essa repercutiria os equívocos e vícios dos colonizadores ou bem tematizaria a nacionalidade portuguesa e não a cor local do Brasil. A distância em relação a Portugal era inegociável – “um país que apenas conta vinte anos de existência como nação, não pode ter literatura propriamente sua [...]”⁴⁴. O trabalho fundamental aos homens de letras no Brasil seria a construção, portanto, de uma literatura “autêntica”⁴⁵.

A identificação e a construção da nacionalidade brasileira a partir da atividade letrada deveria ter início, segundo Abreu e Lima, com os trabalhos de História – “nenhum serviço será mais apreciado do que aquele que começar a preparar os elementos, averiguando e ordenando os fatos, corrigindo e verificando as datas, esmerilhando antigos documentos”⁴⁶. Essas preocupações respondiam às demandas colocadas pelo Instituto. A construção da nacionalidade exigia, primeiramente, um trabalho de recolhimento, organização e crítica das fontes. Por essa razão, Abreu e Lima, no prefácio, justificou o fato de sua obra não ser toda original, já que não haveria condições documentais para a escrita de uma história geral autêntica do Brasil. O autor do *Compêndio* empenhou-se, primeiramente, em um esforço de organização

42 RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A impossibilidade reconciliação...* Op. Cit.

43 ABREU E LIMA, *Compêndio da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843. t. 1. p. 5.

44 Ibidem, p. 6.

45 Ibidem, p. 7.

46 Ibidem, p. 7-8.

da história do Brasil por meio da compilação, uma seleção dos autores considerados mais habilitados e a partir dos quais reuniu o “maior número de fatos”⁴⁷. A segunda etapa correspondeu ao arranjo de uma “exata dedução cronológica”, elemento do seu trabalho que considerava meritório, como sublinhou em carta para o cônego Januário.

Mas a crítica ao seu trabalho teve uma compreensão oposta. Em 1844, no 21º número da *Revista do IHGB*, foi publicado o parecer que autorizava o primeiro juízo escrito por Varnhagen sobre o *Compêndio* do general. Nesse mesmo parecer, Januário da Cunha Barbosa e Antônio José de Paiva Guedes manifestaram ainda que o *Resumo da história do Brasil*, de Bellegarde, era preferível para instrução elementar ao de Abreu e Lima⁴⁸. As primeiras linhas do Juízo escrito por Varnhagen já expressam o afastamento em relação às perspectivas do *Compêndio* no que tange à herança lusitana. Varnhagen citou o historiador e poeta romântico português Alexandre Herculano – “a falta de amor à pátria é a causa da morte da nacionalidade”⁴⁹. A referência ao poeta luso, “representante da literatura *co-irmã* do Brasil”, não era ocasional. Ela reagia negativamente à tese sobre o afastamento em relação à literatura portuguesa (e, conseqüentemente, no que tange ao legado lusitano). Para Varnhagen, o passado colonial não poderia ser abandonado como referência civilizacional do Brasil.

Mas a desqualificação do trabalho do general foi feita explicitamente por outros caminhos. Varnhagen atacou o que considera-

47 Os livros compilados por Abreu e Lima foram: *Corografia Brasileira de Padre Ayres de Casal seguida das correções de Varnhagen*; *História do Brasil de Southey “recompilada por Beauchamp”*; *História do Brasil de Bellegarde*; *“Recompilação” da história do Brasil de Dennis*; *História do Brasil de Armitage, os Anais do Visconde de São Leopoldo e a obra de Muniz Tavares sobre a Revolução de 1817*.

48 Importante observar que na primeira edição de 1831, a obra de Bellegarde apresentava diversas críticas à colonização e defendia um maior afastamento da herança lusitana. Na edição de 1834, utilizada pelo Colégio Pedro II, os “excessos” críticos foram amenizados, embora estivessem presentes e estruturassem a narrativa, como observa a pesquisa de Daniel Mendes (MENDES, Daniel. Op. Cit.).

49 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo: submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do *Compêndio da História do Brasil* pelo Sr. José Inácio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 6, p. 60-83, 1844.

va a falta de originalidade do autor do *Compêndio*, usando a brecha dos próprios editores do livro no anúncio devido ao uso do *método compilatório*. A crítica de Varnhagen evocou uma noção de autoria pausada pela singularidade, na qual a presença de outros textos era reprovada, o que rendeu ao general a acusação de plagiário. A presença de outros livros no *Compêndio* agrediria a particularidade das narrativas anteriores, segundo Varnhagen, uma vez que esses textos também se tornavam obsoletos na medida em que descobertas, impressões e demandas diferentes sobre o passado surgiam. Mas fica explícito no *Juízo* que alguns autores utilizados por Abreu e Lima incomodavam Varnhagen mais que outros. É o caso da presença de Alphonse de Beauchamp, o historiador francês acusado de plagiar a *History of Brazil* (1807-1819), de Robert Southey.

4. Entre Southey e Beauchamp: o que separa o Brasil de Portugal?

Publicada em três volumes nos anos de 1810, 1817 e 1819, *History of Brazil*, de Robert Southey, foi inicialmente planejada para ser o último capítulo da *História de Portugal* em uma abordagem imperial. No entanto o contexto das invasões napoleônicas e a consequente transferência da sede do Império para o Rio de Janeiro colocou o território americano em destaque no mundo. Southey começou pelo Brasil sua *História de Portugal*, que jamais veio a ser escrita. Como revelam os estudos de André da Silva Ramos, a recepção do primeiro e do segundo volume foi marcada por críticas no que tange ao excesso de detalhes presentes no texto. Ao estudar a obra e sua crítica, Ramos identificou que, em um primeiro momento, ela não correspondia à demanda por uma síntese filosófica que descrevesse o estado do “progresso” no qual se encontraria o território americano em relação à Europa. Foi apenas no último volume, em 1819, no último capítulo de sua história, que Southey atendeu a demanda da comunidade que o lia no

que diz respeito ao oferecimento de uma visão sintética e filosófica sobre o Brasil⁵⁰.

Essa narrativa foi construída, portanto, a partir de disputas sobre o processo histórico e a forma de narrá-lo. De acordo com o projeto inicial de Southey, a *History of Brazil* seria marcada pelo detalhe, pela tentativa de recuperação da linguagem de cada época, pela descrição do comportamento dos povos nativos e dos vícios da colonização nesse processo. Contudo sua recepção foi marcada por uma demanda mais pragmática, na qual o texto teria um uso mais imediato na compreensão do que seria o Brasil e seu futuro. A expectativa por uma interpretação filosófica, atendida ainda que tardiamente por Southey, revela os “horizontes metanarrativos ambivalentes, que uniam a necessidade de crítica da opressão colonial, a valorização da herança étnica portuguesa e a manutenção da unidade Imperial”⁵¹.

A história escrita por Southey foi considerada a primeira macro-narrativa ilustrada da então colônia portuguesa. Isso significou que ela abriu uma chave de leitura e um imaginário histórico sobre como o território americano poderia ser inserido na história universal que tinha na Europa o seu centro. O caminho político-historiográfico da recepção de Southey ao longo do século XIX, apesar das ambivalências de seu texto, situam sua obra como uma narrativa historiográfica baseada na produção da diminuição da distância histórica entre Brasil e Portugal, isto é, a valorização e hierarquização da cultura europeia diante da pluralidade do território americano.

Cinco anos após o primeiro volume da obra de Southey, foi publicada na França a *Histoire du Brésil*, escrita pelo francês Alphonse de Beauchamp, que afirmou que naquela conjuntura não existiria nenhuma história geral e completa sobre a América Portuguesa em língua francesa e em qualquer outra língua. Por meio dessa declaração, Beauchamp ignorava a obra de Southey como capaz de projeção de uma visão sobre o Brasil, embora o livro do historiador britânico

50 RAMOS, André da Silva. Op. Cit.

51 Ibidem, p. 178.

estivesse citado entre suas compilações. Como a pesquisa de Bruno Medeiros revelou, para Beauchamp, um território pouco conhecido como o Brasil não poderia ser tratado como um país da Europa⁵². A obra de Beauchamp atuou numa linha crítica à de Southey – a história do Brasil não nasceria como um capítulo da história de Portugal. A *Histoire du Brésil* respondeu a uma experiência tematizada por vários letrados desde o fim do século XVIII: a sensação de esgotamento da história europeia. Em contraponto, a América parecia ter um destino promissor, no qual o progresso se desenvolveria em longo prazo. A obra, escrita em uma conjuntura na qual a Revolução Francesa estava em disputa, expunha o paradoxo entre os princípios revolucionários e suas práticas que intensificava a descrença em relação ao futuro, aumentando a sensação de decadência e ruína da Europa de modo geral. A história de Beauchamp, nesses termos, valorizava o espaço de experiência histórica do Brasil em detrimento do Reino de Portugal, tendo conferido à colonização portuguesa um papel pouco relevante no que tange ao “progresso” do novo país.

O historiador francês, contudo, ao longo de sua trajetória intelectual esteve enredado em intrigas e oposições que determinaram sua fortuna crítica. Beauchamp, como mostrou Medeiros, mantém-se próximo de uma história com base em práticas historiográficas consideradas mais antigas, como a compilação. A prática de retomar textos de outros autores e reuni-los em nova narrativa começava a ser considerada antiquada diante da emergente noção de autoria, segundo a qual a singularidade de cada autor era valorizada. Beauchamp foi várias vezes acusado de plagiário por lançar mão dessa prática. Entre as acusações estava a de Robert Southey. Este alegou que os dois primeiros volumes e partes do terceiro da *Histoire du Brésil* seriam uma reprodução de seu livro.

Na década de 1840, Varnhagen retomou as acusações de plagiador que Southey atribuiu a Beauchamp e a partir dela organizou o veto ao *Compêndio* de Abreu e Lima. Varnhagen cotejou as obras do

52 MEDEIROS, Bruno Franco. Op. Cit.

general e a do historiador francês a fim de mostrar que o *Compêndio* seria apenas uma tradução do texto de Beauchamp, cujo estilo “fascinador” seria perigoso e, portanto, deveria ser combatido. Varnhagen ao criticar a obra de Beauchamp e os “erros” históricos presentes nela, traçava um paralelo com Abreu e Lima, estabelecendo (ou tentando estabelecer) uma diferença entre práticas historiográficas: de um lado estaria Southey, original e portador de critérios e métodos modernos autênticos, e, de outro lado, os compiladores, que ostentariam uma falsa erudição – “sem conhecimento algum dos livros e dos autores, aproveita as migalhas das suas citações, para em breve ostentar-se erudito no prefácio”⁵³. Temístocles Cezar, em texto no qual analisa a relação que Varnhagen estabeleceu com Southey, observa que o historiador do IHGB “usa e abusa do trabalho de Southey ao mesmo tempo em que dele procura distanciar-se”⁵⁴. A razão dessa distância, aposta Cezar, é que Varnhagen queria “simplesmente ser o autor da primeira e definitiva história geral do Brasil”⁵⁵. Quero acrescentar, a partir do debate com Abreu e Lima, que a linha divisória que Varnhagen estabeleceu, pondo de um lado Southey e de outro Beauchamp, de forma não acidental, separa aqueles que evocaram a proximidade histórica do Brasil com o legado colonial e aqueles que insistiram na distância e crítica com relação à herança lusa, e isso a despeito das intenções do próprio Southey e de Beauchamp.

5. Ser historiador: verter em linguagem nova

Abreu e Lima, ao receber as críticas de Varnhagen, não silenciou sua fúria. Estava também frustrado pelo fato do *Juízo* ter sido dado com a autorização do Instituto e o livro de Bellegarde ter sido recomendado ao ensino primário no lugar do seu. A réplica virou livro – *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha*

53 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Primeiro Juízo...* Op. Cit., p. 64.

54 CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 306-312, 2007, p. 309.

55 *Ibidem*, p. 310.

Barbosa ou Análise do primeiro Juízo de Francisco Adolpho de Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil (1844). No texto, cujo objetivo era apresentar sua defesa perante o “tribunal” do IHGB, o general defendeu o uso que havia feito de Beauchamp. Este livro seria mais agradável e de mais fácil acesso quando comparado ao de Southey. A *History of Brazil*, embora mais completa, seria exageradamente grande, com inúmeras digressões irrelevantes⁵⁶.

Um movimento que mobilizou bastante energia na réplica de Abreu e Lima foi a preocupação em mostrar que Southey, apesar de poeta laureado, não merecia toda a reputação que Varnhagen lhe conferiu. Abreu e Lima se empenhou em provar que os erros sobre fatos pontuais da história do Brasil de que fora acusado não pertenciam a Beauchamp e nem a ele próprio, mas a Southey. Os autores, ao tomarem a obra do inglês como referência, repetiriam os erros. Isso não seria um problema grave para o general já que a crítica documental com o tempo traria os erros à tona, permitindo corrigi-los. Esse ponto da discussão ajuda a identificar as expectativas distintas sobre ser historiador entre o general e o seu crítico.

Abreu e Lima acusou Varnhagen de ter “tino admirável para descobrir papéis velhos e sepulturas [...]”⁵⁷, mas lhe faltaria talento, inteligência e habilidade de escritor. O general não contestou o mérito de descobridor de grandes fontes, como a carta de Caminha, que o próprio Varnhagen se dava. Contudo, a ênfase demasiada no documento lhe tirava a capacidade da produção interpretativa e, por isso, não passaria de um “copista” de documentos⁵⁸. O general procurava, portanto, atribuir a Varnhagen uma imagem de historiador arcaico e medieval. Na perspectiva de Abreu e Lima, a capacidade de conferir sentido aos documentos seria a demanda contemporânea exigida do historiador. Os documentos em si seriam secundários. A história se-

⁵⁶ Em sua *História Geral do Brasil*, Varnhagen faria críticas semelhantes à obra de Southey.

⁵⁷ ABREU E LIMA, José Inácio. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do primeiro Juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil*. Pernambuco: M. F. de Faria, 1844. p. 32.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 34.

ria atravessada por lacunas, documentos perdidos, roubados, ausentes, falsificados. As dúvidas que não poderiam ser preenchidas pelos documentos dependiam de uma *decisão interpretativa*, determinada muitas vezes pela periodização, já que esta seria capaz de identificar a cor de cada época, organizando as dúvidas, mas não as eliminando.

Para que o argumento direcionado a Varnhagen como copista surtisse algum efeito, além da relação com os documentos, tornava-se fundamental disputar a própria noção de plágio e de originalidade. Segundo o general, “plagiador”, como constaria no dicionário de Moraes e Silva, seria aquele que não citaria a origem de sua reflexão. Abreu e Lima se defendia, ressaltando que deixou claro no prefácio que o *Compêndio* “muito pouco t[inha] de própria lavra”, que havia se servido “do trabalho alheio”, além de ter mencionado todas as obras que utilizou. Argumentou ainda que o plagiador seria o próprio Varnhagen, que teria feito as críticas a Beauchamp copiando integralmente o texto de Southey direcionado ao historiador francês. Abreu e Lima buscou sustentar, portanto, que lançar mão de fatos históricos mencionados por outros historiadores não configuraria plágio. Nas palavras do general:

[...] os fatos não se inventam; estão consignados na história já escrita por outrem, ou em documentos e registros autênticos; servir-se, pois, da história antiga ou de documentos, ou de uma e outra coisa, e *vertê-los em linguagem nova*, se assim se quiser, ou copia-los, eis aí o que se chama compilar; isto é, reunir em um corpo ou livro coisas materiais extraídas de vários autores.⁵⁹

Abreu e Lima defendeu na querela que a prática compilatória constituía a própria condição da atividade historiográfica. Beauchamp, por exemplo, seria uma fonte que serviria como base de inspiração para a escrita de uma história nova. Nesse aspecto, “[...] à exceção da história contemporânea, porque são fatos presenciais”,

59 *Ibidem*, p. 36-37, grifo nosso.

não haveria “historiador algum, que não fosse compilador”⁶⁰. A prática compilatória em Abreu e Lima refere-se à retomada de dados e informações que podem gerar um outro gesto interpretativo – mesmos trechos, novos sentidos. É fundamental observar que essa hipótese não estava dada no anúncio de venda do *Compêndio* ou na Carta para Januário da Cunha Barbosa. Se no lançamento da obra era ressaltada a falta de originalidade como limite do trabalho, esperando ser valorizado sobre outros aspectos, a partir do debate com Varnhagen, esse gesto foi disputado e ressignificado.

No prefácio do *Compêndio*, Abreu e Lima atribuiu ao seu livro um registro mais próximo à crônica do que à história. Contudo, na resposta a Varnhagen, ao mencionar os textos historiográficos como fontes de autoridade e ao defender os métodos utilizados na organização de sua história, o general tratava o exercício de periodização como uma atividade teórico-interpretativa, ou seja, a função do historiador por excelência. Seria necessário identificar e interpretar os elementos essenciais de cada época e, daí, preencher os períodos correspondentes a cada uma, colocando os fatos secundários em ordem cronológica e “fazendo-os entrar no lugar e no tempo correspondente por meio de uma narração adequada”⁶¹. Ele se considerava o primeiro que ofereceu ao país “um corpo de história, senão perfeito como era de desejar, ao menos escrito conforme as regras da cronologia, e o mais completo de quantos existiam até hoje”⁶². Assim, Abreu e Lima reivindicou, após o debate com Varnhagen, o mérito de primeiro historiador do Brasil.

Considerando esses elementos, chamo atenção para o fato de que o uso e a justificativa da prática compilatória em Abreu e Lima, sobretudo após a polêmica, não podem ser confundidos com a permanência de uma prática historiográfica antiga simplesmente. Embora tenha herança direta dela, a compilação é reivindicada como

60 Ibidem, p. 37.

61 Ibidem, p. 39-40.

62 Ibidem, p. 40.

uma forma de garantir a reescrita da história, preocupação moderna que reagiu à temporalização, ao afastamento progressivo entre “espaços de experiência” e “horizonte de expectativas”, à necessidade de organização temporal, primeiramente manifestada na periodização⁶³. Abreu e Lima estava profundamente ciente de que a passagem do tempo traria não apenas novas informações sobre o passado, mas também novas formas de apreendê-lo e interpretá-lo. A compilação e a periodização convergem para uma tentativa de organizar teoricamente (“começou-se pela prática e acabou-se pela teoria”) as próprias condições de relação com a história.

Em outro momento da polêmica, é possível perceber ainda melhor as diferenças entre os historiadores, como, por exemplo, a partir da discussão que envolveu os retratos presentes no *Compêndio* que não agradaram a Varnhagen. O historiador do IHGB considerava que a escrita era a forma basilar e única de tematização do passado, afastando a imaginação e falseamentos. Abreu e Lima, de forma provocativa, definia a história como a “gravura dos fatos”. A aproximação da história à imagem procurava demarcar ainda mais as diferenças com seu crítico. No entanto, essa analogia como incentivo à imaginação e à persuasão da história não seria uma autorização à ficção. Evidenciar a verdade demandaria talento – “A história só tem necessidade de talento, de erudição, e de uma vontade firme para escrevê-la”⁶⁴. O talento ao qual Abreu e Lima se referia (e que considerava ausente em Varnhagen) dizia respeito à capacidade da narrativa trazer à tona todo um campo pictórico, fundamental ao convencimento.

Para o general, a “verdade histórica” teria sua condição de possibilidade assegurada menos pela edição crítica das fontes, como em Varnhagen, e mais pela capacidade de projeção dos sentidos, como em uma gravura. O sucesso desse empreendimento dependia de uma relação decisiva com o observador, pois a imagem se move em direção

63 KOSELECK, Reinhart. *Futuro Passado...* Op. Cit.

64 ABREU E LIMA. *Resposta do General...* Op. Cit., p. 39-40.

a ele⁶⁵. O texto histórico, para Abreu e Lima, precisaria se aproximar da potência da imagem – a construção de cenários que magicamente (o que não é o mesmo que ficcionalmente) sejam capazes de edificar sentidos por meio da imaginação para um mundo no qual nada permanecerá imóvel por muito tempo.

Esse momento da querela torna mais evidente os diferentes modos de relação com a história. Ambas são radicalmente próprias à modernidade, o que significa que não são excludentes, mas têm consequências distintas para a historiografia. Por um lado, Varnhagen, concentrando-se nas fontes, toma o passado como objeto: para identificá-lo o mais fielmente possível, a autoridade impõe-se pelo documento e a narrativa precisa estar comprometida com uma verdade que se acessa pelo texto. Por outro lado, Abreu e Lima dedica atenção aos efeitos que o passado teve na própria possibilidade de acesso a ele (como antevendo os limites do historicismo). Os métodos não seriam capazes de interromper as disputas que se instauram e se acumulam com o tempo, não se omite, portanto, certa preocupação com a dimensão e o lugar político-social que atravessaria a escrita do passado.

6. A negação do cânone

Mediante as críticas que recebeu, Abreu e Lima procurou desqualificar também o IHGB. Na *Resposta do General...* (1844), atacou diretamente o Instituto na figura do secretário perpétuo. Embora o IHGB reunisse “homens de letras notáveis”, seus membros não saberiam o que lá se passava porque recebiam por carta as incumbências em nome de prestarem honras ao Imperador. Ele denunciava o Instituto como frequentado pela “reunião de uma meia dúzia de indivíduos sem crédito literário” comandados pelo cônego Januário, que teria

65 Valdeci Araujo, ao tematizar os panoramas e dioramas no Império, revela uma demanda por história na qual as tecnologias relacionadas à projeção de imagens ganhava cada vez mais espaço (ARAÚJO, Valdeci. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana (org.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 281-303).

feito da Instituição seu “escritório de agência, ou casa de câmbios, onde troca[ria] Diplomas honorários por Comendas, hábitos e outros títulos honoríficos”⁶⁶. Ele desqualificava o Instituto como instrumento de veto ao seu livro e buscava desautorizá-lo enquanto entidade heterogênea, colocando-o apenas como uma extensão de Barbosa – “O instituto é do padre Januário e não do Brasil”⁶⁷. Insistia ainda que Barbosa não seria um literato, não teria obra e não era conhecido como escritor. Seria um autor de relatórios. O problema central que teria motivado o parecer negativo do Instituto sobre seu *Compêndio*, argumentou Abreu e Lima, seriam as desavenças das décadas de 1830 que tivera com Barbosa nas páginas de periódicos nacionais em torno da figura de d. Pedro I e da Abdicação. Esse episódio, que explorei em outra oportunidade, consistia, segundo o general, na verdadeira razão do veto do IHGB ao seu trabalho, os motivos seriam políticos, sobretudo⁶⁸.

Após a discussão, a decisão final de Abreu e Lima foi o afastamento deliberado do cânone que começava a se sedimentar a partir da própria querela entre o general, Varnhagen e o IHGB. Se o Instituto recomendava o texto de Bellegarde ao invés do seu e se Southey seria mais adequado do que Beauchamp, o que seu livro poderia oferecer? – Perguntava ofendido. “Ora, neste caso poderia eu sair de Southey, de Bellegarde e dos panfletos do Sr. Varnhagen na minha defesa? Não de certo, porque nenhuma autoridade me seria aceita no tribunal desses senhores”⁶⁹. Não havia negociação possível. “A custo e a furtadelas”, Abreu e Lima saía do “mesquinho círculo” no qual as “balas[er]iam] sempre dos calibres Southey, Bellegarde e Varnhagen”⁷⁰. Em 27 de abril de 1844, ele escreveu outra carta a Januário da Cunha Bar-

66 ABREU E LIMA. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima...* Op. Cit., p. 6.

67 *Ibidem*, p. 14.

68 Sobre esse episódio, consultar: RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *Sobre a impossibilidade da reconciliação...* Op. Cit., especialmente o capítulo 1.

69 ABREU E LIMA. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima...* Op. Cit., p. 84.

70 *Ibidem*.

bosa, dessa vez solicitando que riscasse seu nome dos membros honorários do Instituto⁷¹.

A pesquisa de Valdei Araujo observou que a “indústria do livro garantiu a diversos autores um tipo de independência ancorada na venda do impresso, o que tornava o vínculo com o Estado e suas autoridades algo a ser evitado”⁷². Mas, o modelo do mecenato que afiançou mais de mil assinaturas ao *Compêndio*, por exemplo, “mostrava-se incapaz de garantir as condições necessárias para a escrita da história [...]”⁷³. Nesse sentido, o fato de Abreu e Lima ser um dos representantes do regime intelectual que Araujo associa ao mercado editorial, ligado à produção de sínteses, à compilação e a um público não especializado, deu-se mais por razão da conjuntura de negação e conflito que travou com o IHGB do que de suas intenções iniciais ligadas a esse mercado propriamente ditas. A *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, publicada pelo general em 1845, reforça essa hipótese e apresenta as lacunas das condições de sobrevivência do intelectual na esfera pública sem o apoio do Estado.

O livro repercutia ainda o ressentimento em relação a Varnhagen e ao IHGB. Abreu e Lima registrou no prefácio sua amargura e sua frustração com a prática intelectual no Brasil. A obra era apresentada como um gasto de energia e de dinheiro, cujo investimento não traria retorno prático. Ele punha a nu o processo intelectual e material de produção do livro e se referia à dificuldade de publicação no mercado editorial, às dificuldades com “os compositores, impressores, compaginadores [sic], encadernadores”⁷⁴ e a ausência de reconhecimento.

O acesso às informações históricas também o teria frustrado profundamente. Ele assegurava que as condições ideais para que pudes-

71 Carta remetida por Abreu e Lima para Januário da Cunha Barbosa, 27 de abril 1844. Disponível e cedida pelo Instituto Histórico e Geográfico.

72 ARAUJO, Valdei. Op. Cit., p. 376.

73 Ibidem, p. 283.

74 ABREU E LIMA, José Inácio. *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*. Pernambuco: Tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, 1845. p. 6.

se pesquisar e escrever a história do Brasil teriam sido vetadas devido à ausência de financiamento e apoio público, diferentemente do que ocorrera com Varnhagen. A produção histórica, especialmente no que se referia ao acesso a documentos, seria “controlada” pela mediação do Estado e ele não tinha mais expectativas de ser financiado por esse setor após sua saída do IHGB. Na *Sinopse*, reafirmou sua decisão: “dar-me-ei por bem pago se [a *Sinopse*] não tiver a sorte do *Compêndio da História do Brasil* debaixo da terrível foice do Instituto Histórico”⁷⁵.

*

A saída de Abreu e Lima do “mesquinho círculo de Southey e Bellegarde”, que significava o círculo de Januário e Varnhagen, constitui um dos passos para a “separação” e “autonomização” dos perfis intelectuais e historiográficos no Império. A reação do IHGB ao *Compêndio*, na figura de Januário e de Varnhagen, expressava um desconforto. Os argumentos mais explícitos contra Abreu e Lima o acusam de ausência de originalidade, que só poderia se construir a partir do acesso a documentos inéditos e inexplorados. Também incomoda a incorporação do lugar político-social do autor pernambucano, filho de um integrante da Revolução de 1817 e ele mesmo um ex-combatente do exército de Bolívar. Esse desconforto foi explicado pela historiografia a partir da emergência de novos modelos de pesquisa e escrita que passavam a se sedimentar e a disputar espaço com os modelos clássicos já consolidados⁷⁶. A compilação, a erudição e o talento literário – tradicionalmente associados a práticas “pré-modernas” – parecem ceder espaço às noções de imparcialidade, cientificidade, neutralidade e objetividade. Acontece, portanto, no século XIX uma

75 ABREU E LIMA. *Sinopse ou dedução cronológica...* Op. Cit., p. 448.

76 MOMIGLIANO, Arnaldo. *As origens clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004; HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. São Paulo: Autêntica, 2013; GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Campinas: Papirus, 1998; FOUCAULT, Michel. O que é um autor. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*: estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 265-298.

reconfiguração das prioridades e dos valores epistêmicos próprios à prática historiográfica.

No entanto, se tomarmos a polêmica de Abreu e Lima e Varnhagen como exemplo, percebemos que é preciso se perguntar pelas condições de possibilidade que tornam essa reconfiguração epistêmica possível. Nesse sentido, os debates epistemológicos não podem se desassociar dos debates sociopolíticos, das relações estabelecidas com o passado e das expectativas de futuro em jogo. No final do *Compêndio*, Abreu e Lima perguntou – *Quais serão os futuros do Brasil?* – A pergunta cede espaço para a apresentação do reinado de d. Pedro II como uma experiência promissora, embora em nenhum momento do livro tenha assegurado isso. Ao longo de toda a obra, inúmeras tensões aparecem e inviabilizam uma narrativa que valorizasse a continuidade do empreendimento colonial e monárquico lusitano no Brasil.

Diferentemente de Varnhagen, que valorizava o sujeito “branco” como único representante possível da “civilização” brasileira, Abreu e Lima construiu uma narrativa um pouco mais “dinâmica”, ainda que eurocêntrica, repercutindo e alimentando a tópica romântica de “proteção” dos povos nativos brasileiros, procurando atribuir a eles algum protagonismo no futuro do país. Ele também reivindicava um lugar para os povos africanos escravizados a partir da história de Palmares, que teria sido bem-sucedido no que tange à construção de uma república. Abreu e Lima realizou ainda uma crítica dura ao protagonismo bandeirante no processo de expansão do território, considerando-os, como Southey já havia feito, “saqueadores” e “piratas da terra”. Para o general, os paulistas teriam repercutido o ímpeto egoísta e destrutivo da prática colonizadora. Nesse ponto da querela, é possível também identificar as tensões entre a centralidade de uma história pensada a partir do sul em detrimento, por exemplo, do protagonismo do norte, tensão expressa nas obras dos autores a partir da disputa de eventos como a Conjuração Mineira e a Revolução de 1817⁷⁷.

77 RODRIGUES, Thamara de Oliveira. A Revolução Pernambucana e as disputas Historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 1, p. 289-308,

De modo geral, a narrativa de Abreu e Lima no *Compêndio* (e em outros textos não abordados aqui) é atravessada pela dúvida e pelo receio da aproximação da civilização “brasileira” à lusitana. As implicações dessa dúvida foram fatais para o historiador Abreu e Lima, que viveu em um século no qual o futuro era o lugar para o qual as ações humanas se direcionavam. Escrever história no Brasil naquela conjuntura significava repactuar os passados e direcionar os horizontes disponíveis a partir de certa harmonização com a recente colonização. A dúvida inviabilizou Abreu e Lima de dar forma à história porque sua narrativa não permitia que o passado colonial (tematizado a partir da violência e da escravidão) retrocedesse de forma harmônica por meio de interpretações que a prática historicista lhe imputaria. Não era ocasional que Varnhagen, na Réplica apologética de um escritor caluniado, direcionada a Abreu e Lima, ao mencionar sua futura *História Geral do Brasil antes da sua separação e Independência de Portugal*, promettesse “um passado assente e seguro de recordações sólidas”⁷⁸.

O que se prometia e o que se vendia era a versão de um passado colonial capaz de “neutralizar” os ódios e as violências constitutivas do país protagonizadas pelo ente branco. Varnhagen assegurava que não haveria dúvidas sobre a garantia das relações entre senhores e escravos, da manutenção dos privilégios coloniais, do monopólio da violência e da força repressora pelos “donos das terras”. A disputa entre o general, Varnhagen e parte do IHGB, portanto, aponta para um “estrato temporal” que reúne experiências modernas ambíguas em relação ao passado e ao futuro do Brasil. De um lado, encontramos a expectativa de continuidade em relação ao passado colonial como um recurso de produção de segurança para o futuro; do outro, há uma necessidade de afastamento imediato do passado (exatamente por-

2017. DOI: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v6i1.1813>.

78 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Réplica apologética de um escritor caluniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general*. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846. p. 3.

que ele parece demasiadamente próximo) e o futuro entra, portanto, em suspensão⁷⁹.

Indisposto a negociar com o círculo de autores proposto pelo IHGB, Abreu e Lima retirou-se dele e, frustradas suas expectativas de financiamento pelo Estado, retirou-se também da sede da Corte, retornando a Pernambuco. Em sua terra natal, pouco tempo depois, envolveu-se com a Revolução Praieira, escrevendo textos como a *Cartilha do Povo* (1849), nos quais lançava mão de uma economia sentimental na qual o ódio às estruturas coloniais e à vida cortesã tornava-se um direito histórico, especialmente no que diz respeito à possibilidade/necessidade de mudança e do afastamento de Portugal. Prognosticava também o fim da monarquia dos Bragança no Brasil⁸⁰. Após ser preso e anistiado, dedicou-se a escrita do livro *O socialismo* (1855), obra na qual o Brasil deixou de ter proeminência, e uma interpretação mais direcionada a uma história universal ganhou corpo. Entre seus livros, *O socialismo* é o único no qual um futuro mais harmonioso ganhava forma, e isto por meio da expectativa do cuidado com as demandas sociais, embora algumas dúvidas também aparecessem. Mas um futuro do todo, não necessariamente de cada parte, não necessariamente do Brasil⁸¹. Vale destacar, por fim, que não se trata de considerar Abreu e Lima um ente antagonico à produção historiográfica canônica do século XIX. Ao contrário, e/ou de maneira um tanto ambígua, ele é, a

79 A categoria “estratos temporais” refere-se a camadas de tempo com diferentes origens e durações que coabitam um espaço. Os estratos referem-se à simultaneidade de experiências e expectativas de modo que umas ficam latentes, outras aparecem mais evidentes e fortes, constituindo determinado tempo histórico (KOSELLECK, Reinhart. *Estratos de tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014).

80 ABREU E LIMA, José Inácio. *A Cartilha do Povo por Franklin*. Pernambuco: Tipografia da Viúva Roma & filhos, 1849.

81 RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *Sobre a impossibilidade da reconciliação...* Op. Cit. Cf. capítulo 3.

um só tempo, um dos agentes constitutivos dele e um de seus críticos mais expressivos.

Bibliografia

- ABREU E LIMA, Jose Inacio. *A cartilha do povo por Franklin*. Pernambuco: Tipografia da Viuva Roma & filhos, 1849.
- ABREU E LIMA, Jose Inacio. *Compendio da historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843. t. 1, 2.
- ABREU E LIMA, Jose Inacio. *O socialismo*. Recife: Tipografia Universal, 1855.
- ABREU E LIMA, Jose Inacio. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januario da Cunha Barbosa ou Analise do primeiro Juizo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brasil*. Pernambuco: M. F. de Faria, 1844.
- ABREU E LIMA, Jose Inacio. *Sinopse ou deducão cronologica dos fatos mais notaveis da Historia do Brasil*. Pernambuco: Tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, 1845.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiencia do tempo: conceitos e narrativas na formacao nacional brasileira (1813-1845)*. Sao Paulo: Hucitec, 2008.
- ARAUJO, Valdei. Historiografia, nacao e os regimes de autonomia na vida letrada no Imperio do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000200004>.
- ARAUJO, Valdei. Narrativas populares no Museu Universal: a experiencia do tempo para alem da historia disciplinar. In: AVILA, Artur; NIZOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). *A historia (in)disciplinada: teoria, ensino e difusao do conhecimento historico*. Vitoria: Milfontes, 2019. p. 171-210. *E-book*.
- ARAUJO, Valdei. Observando a observacao: sobre a descoberta do clima historico e a emergencia do cronotopo historicista, c.1820. In: CARVALHO, Jose Murilo; CAMPOS, Adriana (org.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Imperio*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2011. p. 281-303.
- BARBOSA, Januario da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Historico e Geografico Brasileiro (1839). In: GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Livro de Fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2010. p. 19-42.

- BENTIVOGLIO, Julio. A historia no brasil imperial: a producao historio-
grafica na revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro (1839-
1850). *Historia: Questões e Debates*, Curitiba, v. 63, p. 287-315, 2016. DOI:
<http://dx.doi.org/10.5380/his.v63i2.36459>.
- CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. Sao Paulo: Humanitas, 2014.
- CEZAR, Temistocles. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a ex-
periencia historiografica no Brasil do seculo XIX. *Historia Unisinos*, Sao
Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 306-312, 2007.
- CEZAR, Temistocles. *Ser historiador no seculo XIX: o caso Varnhagen*. Belo
Horizonte: Autentica, 2018.
- CUNHA, Daniel. “*Cultura de Historia*” no Brasil Oitocentista: espacos de auto-
nomia e producao de distancia historica nos compendios e manuais de
Historia do Brasil (1831-1863). 2019. Dissertacao (Mestrado em Historia)
– Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.
- FOUCAULT, Michel. O que e um autor. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escri-
tos: estetica: literatura e pintura, musica e cinema*. Rio de Janeiro: Fo-
rense Universitaria, 2001. p. 265-298.
- FREIXO, Andre de Lemos. Capistrano de Abreu, interprete de Jose Honorio
Rodrigues? In: GUIMARAES, Gessica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Ro-
drigo (org.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de critica historica*. Rio de
Janeiro: Autografia, 2017. p. 83-106.
- GONTIJO, Rebeca. Jose Honorio Rodrigues e a invencao de uma moderna
tradicao. In: NEVES, Lucia B. Pereira das et al. (org.). *Estudos de historio-
grafia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 277-292.
- GRAFTON, Anthony. *As origens tragicas da erudicao*. Campinas: Papiрус, 1998.
- GUIMARAES, Gessica. Jose Honorio Rodrigues e a autonomizacao da his-
toria da historiografia no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 476,
p. 97-125, 2018. DOI: [https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIH-
GB.2018\(476\):97-125](https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIH-GB.2018(476):97-125).
- GUIMARAES, Lucia. Debaixo da imediata protecao de Sua Majestade Impe-
rial: Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. 1995. Tese
(Doutorado em Historia Social) – Universidade de Sao Paulo, Sao Paulo,
1995.
- GUIMARAES, Lucia. O periodico de uma *societe savante*: a Revista do Institu-
to Historico e Geografico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*, Uberlandia,
v. 14, n. 25, p. 37-49, 2012.

- GUIMARAES, Manoel. A disputa pelo passado na cultura historica oitocen-
tista no Brasil. In: CARVALHO, Jose Murilo de (org.). *Nacao e cidadania no
Imperio: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2007.
p. 93-122.
- GUIMARAES, Manoel. *Historiografia e nacao no Brasil (1838-1857)*. Rio de Ja-
neiro: Editora Uerj, 2011.
- GUIMARAES, Manoel. Nacao e civilizacao nos tropicos: o Instituto Histori-
co e Geografico Brasileiro e o projeto de uma Historia Nacional. *Estudos
Historicos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HARTOG, Francois. *Regimes de historicidade*. Sao Paulo: Autentica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos de tempo: estudos sobre historia*. Rio de Ja-
neiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuicao a semantica dos tem-
pos historicos*. Rio de Janeiro. Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema: a formacao do Estado impe-
rial*. Sao Paulo: Hucitec, 1987.
- MATTOS, Selma. *Para formar os brasileiros: o compendio da historia do Brasil
de Abreu e Lima e a expansao para dentro do Imperio do Brasil*. 2007.
Tese (Doutorado em Historia) – Universidade de Sao Paulo, Sao Paulo,
2007.
- MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiario, a maneira de todos os historiadores*. Jun-
dai: Paco, 2012.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginario da restauracao pernam-
bucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As origens classicas da historiografia moderna*. Bauru:
Edusc, 2004.
- MOREL, Marco. Nacao e revolucao: o rubro veio historiografico no Brasil na
primeira metade do seculo XIX. In: CHAVES, Claudia; SILVEIRA, Mar-
co Antonio (org.). *Territorio, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argu-
mentvm, 2007. p. 181-206.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. A historia para uso da mocidade
brasileira. In: CARVALHO, Jose Murilo (org.). *Nacao e cidadania no Impe-
rio: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2007. p. 43-
70.
- OLIVEIRA, Maria da Gloria de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a historia da histo-

- riografia brasileira: um breve panorama. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 472, p. 13-38, jul./set. 2016. DOI: [https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIHGB.2016\(472\):13-37](https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIHGB.2016(472):13-37).
- PHILIPS, Mark. Rethinking historical distance: from doctrine to heuristic. *History and Theory*, Hoboken, v. 50, n. 4, p. 11-23, dez. 2011.
- POCOCK, John Greville Agard. O estado da arte. In: POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 23-62.
- RAMOS, Andre. *Robert Southey e a experiência da história de Portugal: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas (1795-1829)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.
- RANGEL, Marcelo de Mello. O Romantismo no Brasil: literatura, civilização e melancolia na Revista Niterói (1836). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 467, p. 85-112, 2015.
- RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- RODRIGUES, Jose Honorio. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- RODRIGUES, Jose Honorio. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965.
- RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A Independência de Portugal: história, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constancio (1808-1840)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.
- RODRIGUES, Thamara de Oliveira. A Revolução Pernambucana e as disputas Historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 1, p. 289-308, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v6i1.1813>.
- RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *Sobre a impossibilidade da reconciliação: Abreu e Lima e a negação do passado nacional*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SANTOS, Pedro. *Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no*

Instituto Historico e Geografico Brasileiro. *Historia da Historiografia*, Mariana, v. 6, n. 13, p. 44-62, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.voi13.639>.

SILVA, Rodrigo Machado da. Historia da historiografia analitica e sentimental: proposições sobre distancia historica, nostalgia e visões da modernidade brasileira nos Oitocentos. *Almanack*, Guarulhos, n. 23, p. 366-410, dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320192312>.

VARELLA, Flavia. *Da impossibilidade de se aprender com o passado: sentimento, comercio e escrita da Historia na Historia do Brasil de John Armitage*. 2011. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Universidade de sao Paulo, Sao Paulo, 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juizo: submetido ao Instituto Historico e Geografico Brasileiro pelo seu socio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do Compendio da Historia do Brasil pelo Sr. Jose Inacio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 6, p. 60-83, 1844.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Replica apologetica de um escritor caluniado e juizo final de um plagiario difamador que se intitula general*. Madrid: Imprensa da Viuva de D. R. J. Dominguez, 1846.

Recebido em: 23/04/2020 – Aprovado em: 14/12/2020